

MERCADOS

SAG Gest aliena capital da Ecometals



A SAG Gest – Soluções Automóvel Globais celebrou com a Atlantsider SGPS um instrumento contratual relativo à alienação da totalidade do capital social da subsidiária Ecometals – Sociedade de Tratamento e Reciclagem. A

empresa deixa assim de operar no sector da reciclagem e da fragmentação de veículos em fim de vida.

Alemanha exige fim do poder das agências de notação de risco

A Alemanha assumiu uma posição de força relativamente ao poder que as agências de notação de risco detêm e entende que é importante possibilitar a concorrência num sector dominado por três entidades. O Governo alemão considera que o mais grave é o facto de as três serem norte-americanas e existir um claro conflito de interesses.

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EMPRESAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO (APERC) DEFENDE

“Banca deve financiar empresas com critérios de salvação do emprego”

O Governo tem uma “medida urgente ao seu alcance, sem custos”, para “melhorar a competitividade das empresas e a sua liquidez”, afirma o presidente da Associação Portuguesa de Empresas de Recuperação de Crédito (APERC). Falando à “Vida Económica” das conclusões do 2º Congresso de Recuperação de Créditos que decorreu a semana passada em Lisboa, Nelson Cardoso avisa que este é “o momento de todos darem as mãos e se ajudarem uns aos outros”. E o papel da banca, “em particular a banca do Estado, é financiar as micro e pequenas empresas com critérios de concessão de crédito novos de salvação do emprego”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“A banca é, provavelmente, o sector mais disponível e preparado para a renegociação das dívidas” das empresas, avisa Nelson Cardoso, presidente da APERC. Porém, na maioria dos casos há uma “falta da cultura da prevenção” do incumprimento, que “era possível minorar, se melhorássemos a nossa cultura financeira”.

Questionado sobre que medidas urgentes deveria tomar o novo Governo para sustentar a situação e melhorar a competitividade das empresas e a sua liquidez, o presidente da APERC aponta, lesto, as soluções. E, mesmo “podendo parecer simplista”, diz que há uma “medida urgente e sem custos” ao alcance do Governo: “convencer a banca, em particular a banca do Estado, a financiar

as micro e pequenas empresas com critérios de concessão de crédito novos”. E esses passam pela “salvação do emprego, da competitividade e da liquidez das empresas”.

Exactamente sobre o crédito malparado das empresas, de que também falou no 2º Congresso levado a cabo pela APERC, ouvimos o presidente da Associação PME Portugal. Em declarações à “Vida Económica”, José Alves da Silva lembra a dureza dos números mais recentes.

De acordo com estimativas tornadas públicas pelo INE (Maio 2011), “o crédito malparado cresceu em 2010 e mais ainda no primeiro trimestre de 2011”, quando sabemos que “o risco de crédito em Portugal foi de 22% para as PME e de 14% nas grandes empresas”, lembra José Alves da Silva.

Questionado sobre como é que as empresas têm contornado a situação para se financiarem, o presidente da PME Portugal lembra que para superarem as dificuldades de obtenção de crédito “as PME e, sobretudo, as micro entidades, recorrem a fontes de financiamento, impropriamente referidas”, envolvendo até o próprio Estado. Exemplo disso é “a não entrega atempada das retenções na fonte, do IVA cobrado e os descontos para a Segurança Social”.

E recorrem a fontes envolvendo também as instituições de crédito - “obrigando a banca a negociações de crédito em mora e malparado -, os clientes - “solicitando-lhes adiantamentos por conta de fornecimentos” - e os fornecedores - com “prazos mé-



As empresas de recuperação extrajudicial e amigável de créditos que trabalham com boas práticas “estão prontas para receber as solicitações que, temos a certeza, o mercado nos vai colocar”, alerta Nelson Cardoso.

dios de pagamento rondando os 55 dias e através da concessão de créditos em circuito fechado entre PME, o chamado ‘carrossel de crédito’, que deixou de gerar crédito de curto prazo por desconto de letras comerciais”.

Ora, sabendo-se que, do valor global da ajuda a Portugal no âmbito do acordo com a ‘troika’ (FMI, BCE e CE), está definido um montante de cerca de 12 mil milhões de euros para reforçar a liquidez da banca, questionámos

o presidente da APERC sobre que papel pode ter aqui esta ‘almofada’ financeira.

APERC quer “análises de risco mais próximas das empresas”

“Estes 12 mil milhões de euros reservados à banca são o nosso seguro de vida, são muito importantes para os destinatários e para a economia em geral”, respondeu, pronto Nelson Cardoso,

recusando que os bancos fiquem com o “rótulo de privilegiados”.

“Numa economia como a nossa, em que um dos pilares fundamentais é a banca, que financia o Estado, as empresas, os particulares e as famílias, já percebemos a dificuldade que existe na economia real quando a banca não consegue financiar”, pelo que os 12 mil milhões de euros devem ser “utilizados exclusivamente no apoio às micro, pequenas e médias empresas com critérios de risco suficientes”, complementou Nelson Cardoso.

O presidente da APERC lança até um repto. “Espero que se tenha em conta o momento que vivemos e que se estudem os projectos e que se acredite nas pessoas e nos empresários e que a análise de riscos se torne mais próxima das empresas.

Como diz Alves da Silva, da PME Portugal, se a economia de um país “depende da ‘saúde’ das suas instituições financeiras e da ‘confiança’ nacional que elas merecem”, então, devem ser “acarinhas em termos sustentáveis”. De outro modo, “não poderão desempenhar o seu papel de motores do desenvolvimento”.

Recuperação de créditos com sucesso

O 2º Congresso de Crédito e Recuperações, realizado a semana passada em Lisboa por iniciativa da APERC, visou “debater as necessidades, dar a conhecer as inovações e transmitir credibilidade do mercado da recuperação extrajudicial e amigável de crédito em Portugal”, revelou à “Vida Económica” Nelson Cardoso, presidente da Associação. As empresas associadas da APERC empregavam o ano passado 1432 profissionais e têm sob gestão 2.955.887.911,00 euros de crédito para recuperar, tendo resolvido 1.696.382 processos com sucesso. Falamos de “um sector tecnologicamente muito evoluído e com níveis de qualidade de serviço que competem com as melhores empresas da Europa”, explicou Nelson Cardoso, pese embora apenas “cerca de 30%” do mercado recorra a

estes serviços. Em todo o caso, há “alguns sectores económicos” como a banca, as financeiras, as ‘utilities’, as empresas de comunicação e outras que os “utilizam a 100%”.

Uma procura que se acentuou em 2010 e que está, aliás, a “intensificar-se” em 2011, “concretamente no segmento das PME”, sendo que das que até agora pouco recorriam àqueles serviços “procuraram de forma maciça informação, na tentativa de minimizar os problemas que se avizinham”. É, pois, “importante perceber que todas as empresas estão a focar a sua atenção nas áreas de recuperação de créditos nos tempos mais próximos”. A APERC promete “disponibilidade para cumprir” a sua função na sociedade e “ajudar as empresas e os particulares a encontrarem soluções”.